

A civilização dos pais*

Norbert Elias

Recebido:
20.07.2012
Aprovado:
14.09.2012

* Texto original retirado de “*Die Zivilisierung der Eltern*”, publicado em: Linde Burkhardt (ed.), ...und wie wohnst du?, Berlin, Internationales Design Zentrum, 1980, p. 11-28.

Editado em espanhol em Elias, N., *La Civilización de los Padres y Otros Ensayos* In: V. Weiler (ed.). Bogotá: EUN, -Norma. Tradução a partir do espanhol para o português feita por Bruno Gontyjo do Couto. Supervisão de Edson Farias.

A publicação desta versão em português na *Sociedade e Estado* tem a permissão de Norbert Elias Stichting, Amsterdam.

1. (N. T. Pt.): Editado em português como *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LCT, 1991.

I

Ao longo do século XX, tem se acelerado uma transformação na relação entre pais e filhos, cujos rastros podem ser seguidos até o começo da Idade Média. Ao descobrimento da infância, Philippe Ariés dedicou um capítulo de seu livro, rico em materiais e ideias, “*L’enfant et la vie familiale sous l’ancien regime*”¹. O autor define como tempo desse descobrimento o período entre o século XIV e o século XVI. Se observarmos mais detidamente, perceberemos, com facilidade, que se trata de um processo longo e que ainda continua: nós mesmos nos encontramos ainda no meio dele e isso não ocorre somente porque as crianças representam, individualmente, com muita frequência, todo um mistério para os pais – pois, em certa medida, precisam ser descobertas por eles –, mas, antes de tudo, porque o estado social do conhecimento acerca dos problemas da infância, ainda hoje, é bastante fragmentado.

Apesar do crescente volume de bibliografia sobre o tema, em muitos sentidos, ainda não sabemos muito bem como podemos ajudar as crianças a se ajustarem em sociedades tão complexas e nada infantis como as nossas, que demandam uma alta medida de previsão e autocontrole. Não sabemos como ajudá-las a viver o incontornável processo civilizador individual, pelo qual cada um transforma-se em adulto, sem que suas possibilidades de gozo e alegria se deteriore. Contudo, esse descobrimento das crianças, certamente, não se limita a um progresso do conhecimento sobre a infância e da compreensão sobre elas. Trata-se de algo a mais. Talvez, se pudesse denominar como uma necessidade que as crianças têm de viver sua própria vida, uma maneira de viver, em muitos sentidos, distinta do modo de vida dos adultos, apesar da sua interdependência com estes. Descobrir as crianças significa, em última medida, dar conta da sua relativa autonomia, ou, em outras palavras, deve-se descobrir que elas não são simplesmente adultos pequenos. Elas vão se tornando adultas, individualmente, por meio de um processo social civilizador que varia segundo o estado de desenvolvimento dos respectivos modelos sociais de civilização. A reflexão mais profunda sobre as necessidades das crianças é, no fundo, o reconhecimento do seu direito de serem compreendidas e apreciadas em seu caráter próprio e este também é um direito humano. Contudo, as tentativas de responder a esse direito apresentam dificuldades particulares. Quando se fala de direitos humanos, de grupos oprimidos, normalmente, têm-se, em mente, alguns perfis de distinção claros.

Já, no caso das crianças, trata-se de um grupo de caráter diferenciado, de um grupo que se define pela idade; trata-se de filhos de pais, de pequenos seres humanos totalmente dependentes dos maiores e que se encontram a caminho de se tornarem adultos. Trata-se de crianças que formam um grupo social particular.

Apesar do crescente volume de bibliografia sobre o tema, em muitos sentidos, ainda não sabemos muito bem como podemos ajudar as crianças a se ajustarem em sociedades tão complexas e nada infantis como as nossas, que demandam uma alta medida de previsão e autocontrole. Não sabemos como ajudá-las a viver o incontornável processo civilizador individual, pelo qual cada um transforma-se em adulto, sem que suas possibilidades de gozo e alegria se deteriorrem. Contudo, esse descobrimento das crianças, certamente, não se limita a um progresso do conhecimento sobre a infância e da compreensão sobre elas. Trata-se de algo a mais. Talvez, se pudesse denominar como uma necessidade que as crianças têm de viver sua própria vida, uma maneira de viver, em muitos sentidos, distinta do modo de vida dos adultos, apesar da sua interdependência com estes. Descobrir as crianças significa, em última medida, dar conta da sua relativa autonomia, ou, em outras palavras, deve-se descobrir que elas não são simplesmente adultos pequenos. Elas vão se tornando adultas, individualmente, por meio de um processo social civilizador que varia segundo o estado de desenvolvimento dos respectivos modelos sociais de civilização. A reflexão mais profunda sobre as necessidades das crianças é, no fundo, o reconhecimento do seu direito de serem compreendidas e apreciadas em seu caráter próprio e este também é um direito humano. Contudo, as tentativas de responder a esse direito apresentam dificuldades particulares. Quando se fala de direitos humanos, de grupos oprimidos, normalmente, têm-se, em mente, alguns perfis de distinção claros. Já, no caso das crianças, trata-se de um grupo de caráter diferenciado, de um grupo que se define pela idade; trata-se de filhos de pais, de pequenos seres humanos totalmente dependentes dos maiores e que se encontram a caminho de se tornarem adultos. Trata-se de crianças que formam um grupo social particular.

II

Isso não é apenas algo novo na história da humanidade em geral e das crianças em particular, como também suscita novos problemas específicos na relação entre pais e filhos. Exige dos pais que, certamente, dispõem de oportunidades de poder muito maiores do que as crianças, um grau de consideração e reserva, de civilização que, se assim podemos dizer, supera, em muito, o grau de autocontrole e reserva socialmente esperados dos pais de épocas passadas –

se é que, antes, se esperava alguma reserva deles. Como, além disso, na relação entre pais e filhos é comum que haja uma alta proporção de compromisso emocional, a prescrição social de reconhecimento de uma considerável autonomia das crianças leva a uma situação extremamente paradoxal e de difícil assimilação. Em tempos passados e, frequentemente, até o presente, a relação entre pais e filhos tem sido claramente uma relação de dominação; uma relação entre algumas pessoas e outras que obedecem. Desse modo, esse tipo de relação também era objeto de prescrições normativas e os implicados concebiam seus vínculos nesses termos. Como uma relação de dominação, caracterizada por uma distribuição das oportunidades de poder claramente desigual entre pais e filhos, as condutas exigidas dos implicados eram relativamente simples e claras. Aos pais, na realidade, correspondiam todas as decisões sobre as ações das crianças. Além disso, era estipulado, como norma social, que essa distribuição das oportunidades de poder – ordens dos pais, submissão das crianças – era boa, correta e desejável. Essa concepção fazia parte tanto do ponto de vista dos pais, como também – segundo o que tem sido aceito, geralmente – do ponto de vista das próprias crianças.

A ideia de que o poder de mando incondicional dos pais e a rigorosa obediência dos filhos, inclusive do ponto de vista dos últimos, é a disposição social mais saudável e profícua desperta, hoje em dia, muitas suspeitas. Em uma medida muito maior do que antes, tem-se concedido às crianças uma participação mais significativa nas decisões, tem-se reconhecido certa autonomia. Dito de outra forma, as tendências de desenvolvimento na direção assinalada se fazem sentir na atualidade mais intensamente do que no passado, embora, na prática, certamente, existam ainda muitos casos em que o domínio absoluto dos pais se conserva e é válido com respeito ao que tem sido considerado como a norma. Para dizê-lo em poucas palavras: encontramos-nos em um período de transição no qual as relações entre pais e filhos mais antigas, estritamente autoritárias, e outras mais recentes, mais igualitárias, coexistem e ambas as formas, frequentemente, encontram-se misturadas dentro das mesmas famílias. A transição de uma relação pais-filhos mais autoritária para uma mais igualitária gera, pois, para ambos os grupos, uma série de problemas específicos e, em geral, uma considerável insegurança. Logo comentarei algo mais a respeito desses problemas.

III

Consequentemente, quero reconstruir o curso do processo civilizatório da relação pais-filhos, até onde é possível dentro dos limites desse trabalho. Somente tendo em vista o quadro desse processo de desenvolvimento que conseguiremos obter uma compreensão viva da peculiaridade e dos problemas da figuração

2. (N. T. Pt.): Ver Elias, N. *Über den Prozess der Zivilisation*, Franckfort Del Meno, Suhrkamp, 1976. Traduzido para o português como *O processo civilizador*, Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990; *O Processo Civilizador: Feudalização e a Formação do Estado*, Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

3. (N. T. Pt.): Elias faz referência ao gênero de imagens que seriam expressivas do conjunto de um filme, usadas para promover a obra, mas a intenção é realçar seu modelo analítico calcado na ideia de figuração. Esse conceito se antepõe à concepção estrutural-funcionalista, como aparece, em especial, no esquema parsoniano, mas também à concepção de individualismo metodológico e mesmo à centralidade posta na agência pelas teorias da ação. No conceito, estão, assim, articulados os dois seguintes pontos nodais ao raciocínio eliasiano. Primeiro, como outros fenômenos vitais, é elementar para seres humanos as interdependências sociofuncionais que contraem em cadeias entrelaçadas uns com outros, compondo figurações sociais das quais são coautores e, igualmente, por elas modelados.

pais-filhos nas nações industriais mais desenvolvidas de nossos dias. Para reconstruir esse aspecto do processo civilizador, sirvo-me, como tenho feito em outras ocasiões², de uma amostra de provas. Vendo cada uma delas isoladamente, podem ser mal entendidas, como se fossem uma descrição de um estado fixo. Mas, quando percebidas como *stills*³ de um filme, como conexões de um processo, torna-se possível representar, por meio delas, um grande processo de desenvolvimento.

Imaginar, hoje em dia, o tratamento reservado às crianças, em particular comparado ao reservado aos pequenos em tempos passados, suscita mais de uma dificuldade. Provas desse tratamento existem em abundância, contudo, as realidades que revelam provocam, hoje, certo incômodo. O sentimento se opõe, a consciência nega-se ao conhecimento. À primeira vista, os fatos podem parecer contraditórios. Não se reconhece uma ordem neles e, geralmente, assim são descritos.

Contudo, existe uma clara ordem de sucessão e o modelo do processo civilizador pode servir de guia. Como veremos, o decisivo é perceber qual a função que as crianças têm para os pais e vice-versa. Existem condições sociais que são vantajosas para que os pais tenham muitos filhos: para alguns camponeses com terra suficiente, por exemplo, os filhos representam, com frequência, uma mão de obra barata. Nesses casos, os filhos, muitas vezes, ajudam no trabalho desde a tenra idade e produzem, em algumas ocasiões, mais do que consomem.

Especialmente nas sociedades urbanas, embora não apenas nelas, as famílias mais pobres frequentemente já não sabem mais o que fazer com tantos filhos. Desde as épocas mais remotas até o século XVIII, e talvez até mesmo por mais tempo, devido a essas razões, encontramos, por toda parte na história das grandes sociedades urbanas, métodos corriqueiros de assassinato de crianças. Estas chegavam, gritavam, demandavam muito trabalho e os pais não sabiam o que fazer com elas; além disso, frequentemente, ouvimos que, na Antiga Grécia e Roma, as crianças eram jogadas no esterco ou no rio. O abandono de crianças era algo cotidiano, habitual. Até o fim do Império, não havia leis contra o assassinato de crianças. A opinião pública, na Antiguidade, também considerava natural o assassinato de crianças ou a sua venda, se eram belos eram vendidas aos bordéis, caso contrário eram vendidas como escravos de trabalho. A barreira de sensibilidade dos homens antigos – como a dos europeus da Idade Média e até o início da Idade Moderna – era muito distinta da atual, especialmente no que se refere ao emprego da violência física. O trato violento entre os homens era habitual, estavam condicionados para isso. Ninguém pensava que as crianças precisavam de um tratamento especial. Em um estudo relativamente recente foi dito:

Em geral se subestima o assassinato de crianças na Antiguidade, apesar de que os autores antigos apresentam centenas de evidências de que o assassinato de crianças era um fenômeno cotidiano e amplamente aceito. As crianças eram jogadas nos rios, sobre o esterco e nas fossas; eram aprisionadas em recipientes com o propósito de fazê-las morrer de fome, eram abandonadas nas montanhas e nas margens das estradas como “presa para pássaros e feras que as despedaçariam” (Eurípedes, Ion). Geralmente, considerava-se que não valia a pena deixar viver uma criança imperfeita em forma e altura ou uma que gritava com uma voz muito débil, ou muito forte, ou que de algum modo era distinto do que exigiam os escritos ginecológicos referentes à questão de “Como se reconhece que um recém nascido merece a pena de ser educado”. Os filhos que nasciam primeiro, certamente podiam, em comum, viver, especialmente quando tratava-se de um varão. As garotas naturalmente contavam pouco. As instruções que Hilarión deu à sua mulher Alis (século I, A.C) são típicas da franqueza com que se discutiam esses assuntos: “No caso de parires, como é bem possível, um varão, deixa-o viver; mas se é uma menina, mate-a”. O resultado foi um grande desequilíbrio quantitativo entre homens e mulheres que foi característico do Ocidente até a Idade Média.⁴

As figurações se processam com graus distintos de continuidade e intensidade, mas sempre impessoais, embora não existam na ausência de pessoas – Ver Elias, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Algo parecido é válido para a conduta instintiva no trato entre pais e filhos. Trata-se de sentimentos de amor e ódio, de ternura ou de agressividade, todos desempenharam no passado um papel muito maior e muito mais aberto. Em consonância com o correspondente estado de civilização, não somente entre as crianças, como entre os pais, esses sentimentos eram muito menos calmos e espontâneos do que na atualidade.

4. Lloyd de Mause (ed.). *Hort ihr die Kinderweinen*. Francfort del Meno, Suhrkamp, 1977, p. 46.

Hoje em dia, é possível que uma mãe experimente uma espécie de comoção – um *babyshock* –, quando se depara com a indomada animalidade de seu pequeno filho. Devido somente à débil pequenez do garoto, os pais, frequentemente, não percebem a intensidade da avidez, a força do desejo da criança. O fato de que elas têm fortes necessidades instintivas, formas prematuras de sexualidade, chegou novamente à consciência dos pais somente no século XX e através das descobertas científicas de Freud. Até hoje, para muitas pessoas, a mensagem continua sendo mal recebida. O grande impulso de racionalização, no passado, encobria em grande medida esse fato na consciência dos vivos. Particularmente nos séculos XVIII e XIX, mas até mesmo antes, entre os adultos, a vida sexual das pessoas estava relegada aos fundos dos bastidores

da vida social. A crescente reserva que os adultos tinham que se impor no tratamento mútuo orientou-se para dentro – transformou-se em autocoação e se recalçou como uma barreira entre pais e filhos. Na medida em que os adultos divulgavam a ideia de que as crianças eram seres humanos livres do pecado da sexualidade – a esse respeito, inocentes como anjos – correspondia um pudor inexpressável dos adultos frente à sua própria sexualidade. Como, na realidade, nenhuma criança respondia a tais exigências, os pais tinham que se perguntar, permanentemente, na intimidade de sua própria casa, por quais razões seus filhos apresentavam traços que não correspondiam muito bem com o caráter angelical atribuído, como norma, às crianças. Talvez, o fato de que os castigos e as medidas tomadas para disciplinar as crianças eram particularmente severas deva-se a essas discrepâncias entre um ideal de criança socialmente aprovado – mas totalmente fantasioso, por um lado – e sua verdadeira natureza nada angelical, quase animal, do outro lado, mas em todo caso apaixonado e selvagem.

Devemos ter em conta a ordem sequencial que tomaram as diferentes fases de reflexão sobre essas questões, se quisermos entender por que, em épocas passadas, a relação entre pais e filhos, em muitos sentidos, apresentava formas distintas das que apresenta em tempos mais recentes. Primeiro, houve uma fase em cujo curso os adultos tratavam de esconder o caráter apaixonado e fortemente animal da natureza infantil, simultaneamente ao crescente controle das suas próprias pulsões animais; logo seguiu uma fase em que foram redescobertas as peculiaridades das crianças e, como uma de suas facetas, seus impulsos pouco domados graças à ajuda de trabalhos científicos.

IV

Durante um longo período, a relação de pais e filhos fora determinada, em grande medida, por costumes tradicionais que davam maior liberdade aos impulsos instintivos espontâneos, tanto dos pais, como dos filhos. As prescrições fundadas em reflexões científicas, ou apresentadas nesses termos, quase não desempenhavam papel algum para a vivência da relação entre pais e filhos. Para as pessoas de nossos dias, não é fácil imaginar uma situação na qual os pais, em seu comportamento frente aos filhos, estavam influenciados apenas por conhecimentos básicos sobre a peculiaridade das crianças, ou seja, sobre as diferenças entre a estrutura da personalidade infantil e a adulta. Os pais greco-romanos e os medievais não se perguntavam, como é feito, atualmente, com frequência: Não estou cometendo erros no meu comportamento com meus filhos? Não estou prejudicando-o, ao fazer isto ou aquilo? Comportavam-se de modo muito mais espontâneo, em geral, estavam muito mais influenciados pelo que eles mesmos sentiam, do que pela intenção de se colocar no lugar das crianças.

Estavam mais influenciados pelo que as crianças significavam para eles, do que pelo pensamento do que eles mesmos e seus atos podiam significar para elas.

Nessa situação, uma circunstância que, hoje, frequentemente é subtraída da percepção, se colocava em evidência com muito mais clareza: refiro-me ao fato de que a relação entre pais e filhos é uma relação de dominação com uma balança de poder extremamente desigual. As crianças, no início, encontram-se completamente sob o julgo do poder dos pais. Mais especificamente, as oportunidades de poder dos pais são muito grandes se comparadas às oportunidades das crianças, principalmente no que diz respeito aos infantes. Em sociedades como as nossas, dificilmente haverá outro tipo de relação em que os diferenciais de poder entre indivíduos interdependentes sejam tão grandes como na relação pais-filhos.

Entretanto, também nesse caso existe uma reciprocidade nas oportunidades de poder. As coisas não se limitam ao poder dos pais sobre os filhos e, normalmente, os filhos, inclusive os recém-nascidos, também exercem um poder sobre os pais. Através de seus gritos podem pedir auxílio. Em muitos casos, o nascimento de um filho obriga os pais a reorganizarem sua vida. Ao perguntarmos como os filhos exercem um poder considerável sobre os adultos, encontramos de novo, uma circunstância anteriormente assinalada: os filhos cumprem uma função para os pais, representam o cumprimento de determinados desejos e necessidades. Não quero me deter aqui no tema de que as necessidades paternas se cumprem com a existência dos filhos. Basta fazer a pergunta: como seria a relação pais-filhos se os filhos não satisfizessem nenhuma necessidade ou desejo dos pais? Hoje em dia, graças a um determinado desenvolvimento tecnológico, os pais estão em condições de decidir se desejam ter filhos e quantos, mas, nas sociedades anteriores, os pais costumavam ter filhos cegamente, sem nenhum desejo, sem nenhuma necessidade de um filho a mais ou a menos. Tinham filhos que para eles não tinham nenhuma função. Portanto, esses filhos contavam com oportunidades muito reduzidas na relação com seus pais; todo o poder estava na mão dos últimos.

As sociedades anteriores, em geral, estavam organizadas, ainda mais que as industriais, de tal maneira que os indivíduos que as constituíam buscavam aproveitar até o último ápice qualquer oportunidade de poder que aparecia, preocupando-se muito pouco com a sorte daqueles cujo poder era inferior. Ao mesmo tempo, também estavam preparados caso lhes acontecesse o mesmo, caso o destino se voltasse contra eles.

Deve-se levar em conta essa dureza relativamente maior da convivência

social quando se pretende entender a estrutura da relação pais-filhos em sociedades como a greco-romana ou a medieval. O que, para nós, aparece como crueldade ou como algo desumano na relação entre pais e filhos, não exclui o amor e o afeto de uns pelos outros. Mas, no presente, tornou-se muito comum a lenda que sugere que o amor e o afeto dos pais por seus filhos é algo dado pela natureza e, mais ainda, como sentimentos uniformes e permanentes que perduram toda a vida. Nesse caso, também se assume um dever social como algo real e naturalmente dado. O abandono e o assassinato de crianças, em tempos, passados não fora outra coisa mais que uma forma cruel de controle de natalidade.

Especialmente para as camadas mais pobres das sociedades antigas e medievais, e para as camadas urbanas do início da modernidade, um grande número de filhos representava uma imensa carga. Portanto, não parece estranho que, ainda na cidade de Londres do século XVIII, encontravam-se crianças mortas nos aterros. Do mesmo, os adultos se impunham menos restrições com relação às crianças em comparação com o que ocorre atualmente quanto às suas próprias pulsões. O ato no qual as mães brincam com as genitálias de seus filhos, ainda hoje, é muito comum em alguns países. As crianças, nas estreitas habitações das camadas pobres, presenciavam os atos sexuais de seus pais, algo que era tido como normal. Jogos sexuais, seja entre as crianças – por exemplo, entre irmãos que dormiam na mesma cama –, ou entre crianças e adultos, aconteciam com frequência, nas sociedades antigas, por exemplo; podemos entender isso facilmente se levamos em consideração que o Estado, por muito tempo, não se preocupou com tais fatos e que estes dificilmente causavam peso na consciência dos envolvidos. Historiadores contemporâneos falam, frequentemente, do “abuso” de crianças em tempos passados. Mas essa é uma projeção de critérios atuais sobre sociedades que não tinham as mesmas condições de vida. As crianças têm uma forte necessidade de amor que apresenta, por certo, um tom marcadamente físico. Hoje, já não se pode determinar até que ponto elas foram participantes condescendentes ou não dos jogos amorosos dos adultos. Não há dúvida do fato de que, em todo caso, elas o foram com frequência.

As crianças estão dispostas pela natureza de tal maneira que podem suscitar o encantamento e o amor dos adultos. Que gordinhos, que charmosos podem ser, que desenfreadas são as suas carícias e suas demonstrações de amor. Mas, com frequência, transformam-se abruptamente. São inconstantes, gritam, estão cheias de sujeira, revidam das carícias, chutam e se defendem como feras selvagens. Um poeta contemporâneo escreveu⁵:

*“Grité, medio muerto, los vecinos, timbraron, por que llora este niño? Fin de los golpes”*⁶.

5. Gert Kalow, *Erdgaleere*. Munich: 1969, p. 38.

6. (N. T. Pt.): “Eu gritei, meio morto, os vizinhos tocaram: por que chora este menino? Fim dos golpes.”

É duvidoso que, nas sociedades passadas, os vizinhos se inquietassem ao ouvir os gritos de crianças. Além disso, por muito tempo, as autoridades estatais careciam de leis e órgãos executivos que poderiam ter sido empregados na proteção das crianças. O que poderia impedir que os adultos deixassem morrer algumas crianças que incomodavam tanto? Para não falar da escassez de comida. Absteino-me de me estender sobre todas aquelas facetas da vida infantil que antes eram possíveis e que hoje já não o são.

V

Em quase todas as sociedades de tempos passados, o poder de domínio dos pais, como tenho dito, era muito menos limitado do que hoje. Há até pouco tempo, a historiografia raramente se ocupava das relações pais-filhos em fases sociais passadas. Agora, o número de estudos sobre esse tema está crescendo. Estão trazendo muito material novo à luz. O mais conhecido é *El niño y la vida familiar en el antiguo régimen*⁷, de Philippe Ariès. A seleção de ensaios *The history of childhood*, editada por Lloyd de Mause, em Nova Iorque, em 1974, também contribuiu muito para o conhecimento do desenvolvimento da relação pais-filhos. Dos numerosos livros alemães sobre o tema, devo mencionar, antes de tudo, *Schwarze Pädagogik, Quellen zur Naturgeschichte der bürgerlichen Erziehung (Pedagogia negra, Fontes para a história natural da educação burguesa)* de Katharina Rutschky, que foi premiado como Ullsteinbunch, em 1977. Ela apresenta – por eles mesmos – os pedagogos e filósofos alemães desde o final do século XVII até o início do século XX. Muito do que eles têm a dizer, à luz da sensibilidade das pessoas de hoje em dia, parece espantoso e, às vezes, horripilante. Em sua instrutiva introdução, Rutschky assinala a necessidade de uma teoria da civilização para a explicação das transformações que ocorreram na relação pais-filhos.

7. (N. T. Esp.) Elias utilizou a versão alemã *Geschichte der Kindheit*, Munique, Viena, 1975.

De fato, a historiografia sobre a modificação da relação pais-filhos continua sem suporte, permanece incompreensível e inexplicável, como não dispõe de uma teoria da civilização como marco de referência. Sem esta, fica difícil resistir à tentação de seguir as emoções, ao invés de buscar uma explicação para as diferenças entre padrões passados e presentes. Então se concede preferência ao passado em relação ao presente ou vice-versa, segundo inclinações sentimentais próprias. Nesse quesito, Ariès e De Mause encontram-se em posições opostas. Ariès trabalhou, em seu próprio detrimento, quase sem nenhum marco de referência teórico. De Mause limita-se a uma teoria puramente psicogenética que aparece como algo absolutamente autônomo. Mas, como seria possível explicar a transformação simultânea na estrutura de personalidade de muitos homens, sem uma referência à sociedade, ou seja, ao arranjo de relações constituído

por muitas pessoas? Como é possível que mudanças psicológicas de longo prazo se tornem compreensíveis e explicáveis, se não recorremos às correspondentes mudanças sociais de longo prazo? Pelos materiais postos à disposição através dos livros mencionados, devemos gratidão a esses autores. Mas diante das valorizações heterônomas que interferem em ambos os casos, convém uma palavra de alerta e crítica. De Mause pragueja contra quem trata de encobrir o mal passado, apontando, inclusive, para Ariès. Mas no fundo não se trata disso.

De qualquer modo, também é possível aprender a partir de tais equívocos. Ariès vê, embora seja pela sua predisposição romântica, uma faceta do problema que aponta para o movimento civilizatório que se inicia lentamente no século XVI e XVII, no âmbito das relações pais-filhos. Eu mesmo já o havia demonstrado, nos anos trinta, no livro *O processo civilizador*. Mesmo na sociedade medieval, como em todas as sociedades anteriores, as crianças pertenciam ao mundo cotidiano dos adultos. Talvez, somente as pessoas absolutamente ricas podiam dar uma cama própria para seus filhos. Com muita frequência, as crianças dormiam na cama paternal. Em algumas ocasiões, ouvimos queixas sobre crianças que sujavam a cama dos pais, mas a maioria das pessoas parecia estar acostumada a isso. O padrão dos adultos na regulação de suas necessidades naturais seguramente não era idêntico ao das crianças pequenas. Mas a diferença entre os dois não era tão grande, como hoje. Não se considerava nem mesmo a possibilidade de separar as crianças dos adultos, reservando-lhes um cômodo próprio da casa. Os quartos para crianças surgem, mais ou menos, a partir dos séculos XVI e XVII e apenas nas casas dos mais ricos. Sua existência, como parte normal de um apartamento de família, nas camadas mais pobres, surge paulatinamente no curso do século XX. Como sempre, as transformações nos hábitos de moradia simbolizam, de maneira extraordinariamente plástica, as mudanças nas relações humanas, nesse caso, nas relações de pais e filhos. Na época moderna, a criança paulatinamente fica apartada do mundo dos adultos e é alocada, por muitos anos de sua vida, em uma espécie de ilha juvenil da sociedade. O quarto das crianças, a escola, os movimentos juvenis e, não menos, a vida estudantil formam parte de seus símbolos mais destacados. No livro *O processo civilizador*, estão disponíveis alguns poucos elementos que podem contribuir para a compreensão do crescente distanciamento entre crianças e adultos na época moderna.

8. (N. T.) Philippe Ariès, Op. Cit., p. 561. Para consultar outra versão em português dessa mesma citação, ver *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LCT, 199, p. 277.

Ariès também percebeu essas transformações, mas as registra com certo ressentimento⁸:

No decorrer desse processo, se reconhece que a criança não está preparada para enfrentar a vida, que é preciso submetê-la a um regime especial, a uma quarentena, antes de deixá-la ir viver com os adultos. Esse interesse novo pela educação

se implantará, pouco a pouco, no núcleo da sociedade e a transformará completamente. A família deixa de ser, unicamente, uma instituição de interesse privado para transmissão de bens e sobrenomes e assume uma função moral e espiritual, será a encarregada de formar os corpos e as almas... Os pais já não se contentam em gerar filhos, com cuidar de alguns deles, desinteressando-se dos outros. A moral de uma época os exige a dar a todos os seus filhos, e não só ao maior, inclusive ao final do século XVII às filhas, uma formação para vida. Supostamente, a escola é a encarregada por essa preparação. Substitui-se a aprendizagem tradicional pela escola, uma escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela polícia... “Os pais que se preocupam com a educação de seus filhos (*liberos erudiendos*) – afirma um texto de 1602 – têm direito a mais honras que aqueles que se contentam a trazê-los ao mundo”... A família e a escola retiraram a criança da sociedade dos adultos. A escola encerrou uma infância, antes livre, em um regime disciplinar cada vez mais restrito, o que conduziu nos séculos XVIII e XIX, à reclusão total no internato. As exigências da família, da Igreja, dos moralistas e dos administradores privou a criança da liberdade que gozava entre os adultos.

Do mesmo modo, como ocorre nas visões românticas, Ariès também percebe o passado a partir de tudo aquilo que pode colocar como bom diante do mal do presente. Esquece a relação que essas coisas boas apresentam com aquelas coisas que, para ele mesmo, parecem facetas insuportavelmente más do passado. As sociedades medievais eram – se comparadas com as nossas – bastante violentas. Com exceção dos períodos das grandes epidemias de peste, nas sociedades medievais, havia crianças em abundância, assim como pobres, dispostas a trabalhar. Os pais, então, as abandonavam mais facilmente à própria sorte. Eram sociedades cheias de contradições, onde não faltavam atos de bondade e misericórdia, mas onde muitas pessoas – inclusive as crianças – morriam de fome, onde mendigos e inválidos formavam parte da paisagem cotidiana, onde velhos e enfermos morriam carentes de toda ajuda.

De Mause se opõe a Ariès⁹:

A tese central de Ariès é totalmente contrária à minha. Ele afirma: enquanto a criança da sociedade tradicional era feliz porque tinha a liberdade de lidar com muitas classes e idades, no começo da época moderna foi inventado um estado especial, a saber, a infância; isso conduziu a

9. Lloyd de Mause, Op. Cit., p. 18.

uma ideia tirânica da família que teve como efeito a destruição da amizade e da sociabilidade e que tirou das crianças não somente a liberdade, como pela primeira vez lhes fez conhecer o chicote e a masmorra.

A teoria própria de De Mause é, como ele mesmo expressa, uma teoria psicogenética da história. Ela não carece de observações interessantes, mas os estudos psicogenéticos isolados, sem a mais estreita relação com os estudos sociogenéticos, dificilmente podem ser apropriados para descobrir as estruturas dos processos históricos. No fundo, para essa tarefa, somente está habilitada uma teoria da civilização, que conecta os aspectos psicogenéticos com os sociogenéticos. Não é tão simples resumir brevemente o que a teoria da civilização fornece para o esclarecimento das mudanças que tomaram cabo na relação pais e filhos, ao longo do tempo. Inclusive, o ilimitado poder dos pais sobre os filhos em tempos passados teve implicações civilizatórias.

10. Peter Reinhart Gleichmann, “*Die Verhauslichung körperlicher Verrichtungen*”, em: P. Gleichman, J. Gouldsblom, H. Korte (eds.), *Materialien zu Norbert Elias’ Zivilisationstheorie*, Frankfurt del Meno, Suhrkamp, 1979, p. 254-278.

11. A esse respeito, deve-se notar que, nesse contexto, em muitas sociedades, podemos observar barreiras específicas entre homem e mulheres, assim como notáveis diferenças entre os sexos, no que diz respeito aos cânones de pudor e vergonha. Estas demonstram uma estreita relação com a distribuição desigual das oportunidades de poder entre os sexos.

12. A crescente sensibilidade, o avanço das barreiras de vergonha com respeito aos odores, em particular os do corpo, durante o curso do processo civilizador, mereciam uma investigação mais detida. A suscetibilidade da situação de ver uma pessoa nua diminuiu em nossos dias.

VI

Algumas das mudanças na relação entre pais e filhos podem ser vistas claramente em determinadas modificações nas condições de moradia. Aqui, refiro-me a um dos estudos nesse campo, o de Peter Gueichmann sobre *Die Verhauslichung der körperlichen Verrichtungen*¹⁰ (*A domesticação das necessidades físicas*). Em tempos passados, era possível dar vazão às necessidades naturais em público em uma medida muito maior do que o é hoje. Não se sentia tanta vergonha ao ser visto nesses momentos por outras pessoas¹¹. Gueichmann demonstra o avanço da barreira de pudor e de vergonha nesse terreno, juntamente às mudanças nas condições de moradia. As ações relacionadas com as necessidades naturais foram subtraídas, cada vez mais, da vista de outras pessoas. Um passo nessa direção foi o fim do uso do pátio e da rua e o uso do interior da habitação. Cada vez mais os sanitários separados formaram, frequentemente, junto ao banheiro, parte das implementações normais dos apartamentos, inclusive nas habitações das camadas mais pobres.

Em uma primeira fase, o sentimento sociógeno nesse âmbito limitou-se aos sentimentos de pudor e de vergonha que os indivíduos experimentavam, ao permanecer durante essas ações sob alcance visual, auditivo e olfativo¹² de outras pessoas que não pertenciam à própria família. Logo, também se tornou cada vez mais difícil fazer as necessidades em um espaço ao alcance sensitivo da própria família. Provavelmente, os filhos mais velhos experimentavam, primeiro, esse incômodo com o campo de percepção dos adultos: hoje em dia, podemos observar cada vez mais a suscetibilidade dos pais com

respeito à percepção das crianças – em realidade, a observação é basicamente a mesma para todos com respeito ao campo sensitivo de todos os demais. Isso também é um sintoma de uma transformação social na direção de uma redução das desigualdades, ou seja, de um processo de democratização funcional.

Qualquer criança pequena, inevitavelmente, sacode essas barreiras de pudor e de vergonha dos adultos. Sem que tenha conhecimento disso, infringe tabus dos adultos, que precisam ensinar a elas que devem sentir vergonha se não limitam suas necessidades naturais, exclusivamente, ao cômodo do apartamento que isola o indivíduo e que serve para essa função específica. Esse processo de civilização de toda criança, a educação para alcançar uma alta medida de autorregulação, normalmente, dura vários anos. Em uma sociedade onde as exigências de autorregulação, no que tange as necessidades naturais – e certamente não só nesse quesito –, são tão altas como nas sociedades industriais mais desenvolvidas de nossos dias, o processo de civilização individual se prolonga consideravelmente, por mais tempo do que em uma sociedade camponesa simples, onde não se necessita de um complicado sistema de canalização para tirar os dejetos humanos da vista e do olfato dos indivíduos.

Contudo, a suscetibilidade com respeito aos odores do corpo de outra pessoa vem crescendo. Só o fato de falar no tema suscita sensações penosas. Surgem, como consequência, produtos industriais que têm como função tapar ou refinar os odores do corpo. O mal-estar manifesto pelo adultos frente às crianças, que não podem regular o tempo, nem o lugar para fazer suas necessidades naturais da mesma forma que os adultos, desempenha um papel nada insignificante na relação entre pais e filhos.

VII

Nesse sentido, em sociedades mais simples o processo de transformação das pulsões, através do qual as crianças são levadas, da liberdade desenfreada das pulsões, até uma regulação ao nível da sociedade dos adultos, toma menos tempo – o processo de civilização individual é mais curto, menos difícil e menos profundo. Quanto mais profundo e firme é a raiz da regulação isoladora das necessidades naturais individuais – assim como de outras necessidades elementares – nos adultos, tanto mais acontece de apresentarem dificuldades para enfrentar a forma desenfreada como as crianças dão vazão às suas necessidades. O crescimento da distância entre o nível de regulação das pulsões socialmente exigido dos adultos e a espontaneidade animal das expressões instintivas das crianças também está envolvido nas mudanças na relação entre pais e filhos. A domesticação das necessidades naturais que, nos estados industrializados mais desenvolvidos, chegou ao extremo do total isolamento dos indivíduos para realização das suas necessidades, certamente representa uma faceta de um surto civilizatório muito mais amplo.

Podemos ver, claramente, que muitos problemas da relação entre pais e filhos do presente são problemas da civilização.

VIII

Ainda no terreno relacionado aos aspectos mais animais da vida humana, ao longo de toda essa transformação, deu-se um crescente isolamento do indivíduo, inclusive na família. Pensemos nas modificações dos padrões socialmente vigentes de organização da moradia no que diz respeito aos dormitórios. Na Idade Média, e ainda muito tempo depois, para os indivíduos era natural que compartilhassem seu leito noturno com outros; e ficavam nus, pois não havia vestimenta especial para dormir. Com frequência, filhos e pais dormiam juntos. É possível seguir detalhadamente – e tratei de demonstrar isso em meu livro sobre a civilização – o aumento paulatino, entre os seres humanos, do pudor frente aos contatos físicos muito próximos. O crescimento da riqueza social possibilitou a criação de condições de moradia que correspondiam ao aumento desse sentimento. Foi possível, e com o tempo isso foi considerado normal, que cada pessoa tivesse sua própria cama, primeiro nas famílias abastadas e, logo depois, em todas as famílias. Esse evento permite ver de modo relativamente claro o impulso amplo e nada simples de individualização da época moderna. O desenvolvimento social logo seguiu na mesma direção. Pelo que parece, pouco a pouco, tornou-se necessário e economicamente possível para um crescente número de famílias projetarem um espaço separado para as crianças, como um elemento comum da moradia familiar. As crianças, dessa maneira, não somente ficavam separadas da cama dos pais, como do próprio quarto. Nas sociedades mais ricas, tornou-se mais natural que as crianças não só tivessem uma cama, como também seu próprio quarto. O desenvolvimento não planejado nessa direção logo criou problemas específicos. As crianças precocemente isoladas e a forte restrição de contato físico com os pais podem ter cumprido certa função como preparação para o alto grau de individualização que hoje se espera dos adultos nas sociedades industriais. Contudo, as crianças têm uma forte necessidade animal de contato corporal com outras pessoas, que, no processo de crescimento, toma um tom mais sexual. A timidez dos adultos diante de tais contatos – isto é, dos adultos que desenvolveram uma visão sexual com respeito a contatos físicos próximos – facilmente leva a um desacostume precoce das crianças a esse tipo de contato. Já disse antes que não seria fácil demonstrar de forma breve, porque, sem uma teoria da civilização, dificilmente poderíamos ter acesso às mudanças na relação pais-filhos. O exemplo das mudanças nas condições de moradia e das mudanças nos contatos relacionados com essas condições talvez demonstre a importância, nesse contexto, de um modelo teórico aglutinador.

Contudo, há pouca compreensão de que os problemas das crianças têm a ver com a interação de um processo biológico de maturação, por um lado, e de um processo social de civilização, de ajustamento, no correspondente nível

social de civilização, por outro. Os problemas do crescimento e da relação pais-filhos, que têm sua origem na mutável inter-relação desse processo biológico com o processo sócio-individual, com frequência são considerados como um problema exclusivamente biológico; são considerados – para dizê-lo em poucas palavras – como fatos naturais imutáveis.

Desse modo, anula-se, logo de entrada, a possibilidade de buscar um instrumento para o manejo das dificuldades que se apresentam a pais e filhos no curso do longo processo civilizador individual. A convivência dos indivíduos, nos Estados-nacionais urbanos industrializados, coloca cada pessoa em uma complicada rede de largas e diferenciadas cadeias de interdependências. A sustentação de um indivíduo, enquanto um adulto, em sociedades com tal estrutura requer uma medida muito alta de previsão e contenção dos impulsos momentâneos para o alcance de objetivos e satisfações de longo prazo. Faz-se necessária uma dose de reserva correspondente à extensão e complexidade das cadeias de interdependência que cada indivíduo compõe com os demais. Em outras palavras, requer-se uma alta dose de contenção autorregulada dos afetos e pulsões. Contudo, por natureza, os seres humanos dispõem tão somente do potencial biológico necessário para esse tipo de controle, eles apresentam um aparato biológico que torna possível o controle das pulsões e afetos desse tipo. O modelo e a dimensão desse controle, entretanto, não são, de maneira alguma, dados pela natureza. Estes se desenvolvem durante o crescimento da criança e através do convívio com outros indivíduos. No curso de um processo civilizador individual, o potencial biológico é atualizado segundo a medida e o modelo de regulação dos afetos e pulsões à maneira que a sociedade os desenvolveu e os prescreve. Assim, da criança “incivilizada” vai se fazendo um adulto mais ou menos “civilizado”.

IX

Quanto mais complexa e diferenciada vai se tornando a sociedade dos adultos, mais prolongado e complexo se torna o processo de transformação civilizatória de cada indivíduo. Consideremos como exemplo a relação de pais e filhos, em um grupo relativamente simples de nômades, que vivem principalmente da caça. Poderia ser, por exemplo, um grupo de esquimós no tempo em que a vida dos esquimós ainda não tinha sido afetada pela influência expansiva das sociedades industriais. Pensemos na transformação de vários garotos e garotas esquimós necessária para sua existência adulta específica, bem como para garantir a existência continuada do grupo. Quando ainda é um garoto, o rapaz esquimó aprende, praticamente brincando, todas as habilidades das quais necessita para sobreviver como um caçador adulto. Recebe um pequeno

arco com flechas e aprende, desde pequeno, a ajudar a fazer e a manejar barcos e esquis. As garotas aprendem a trabalhar a pele e ajudam, ainda muito novas, na elaboração de vestidos e tendas das quais depende a sobrevivência do grupo tanto quanto depende da caça. Aqui, um desenvolvimento linear leva, do jogo infantil, para a atividade do adulto. A estrutura das pulsões e dos afetos requerida pela atividade dos adultos não está tão distante da requerida pelas atividades das crianças, como nas sociedades industriais e científicas; a transformação civilizatória individual de cada indivíduo é menos profunda e demanda menos tempo. Pesemos em quando nossos filhos jogam índios contra brancos, o jogo dificilmente tem importância direta para a sua futura atividade de adulto. É uma expressão da relativa autonomia da vida infantil em nossa sociedade. Supondo um jogo de crianças indígenas, ao estilo de índios e brancos, podemos dizer que este corresponderia, em grande medida, à realidade dos adultos. Nesse nível de desenvolvimento social, a estrutura e o modelo de autocontroles requeridos pela vida de adulto – a vida adulta dos mais simples povos de caçadores e coletores seguramente também requer um modelo específico de autocontrole – são muito menos distantes do comportamento do jogo do que a estrutura de autocontrole das nossas profissões de adultos diante da conduta de nossas crianças em seus jogos.

Algo parecido pode ser dito sobre as sociedades guerreiras medievais. A educação de um guerreiro no século XII ou XIII também apresentava uma linha muito mais direta do jogo infantil até as atividades dos adultos. Só assim podemos entender o fato, do qual, às vezes, ouvimos falar de um príncipe que comandava todo um exército com apenas doze anos de idade. Um guerreiro muito jovem podia, até certo ponto, compensar a falta de força física com sua habilidade e mobilidade. Ou seja, quando um historiador, como Ariés, lamenta o fato de que, em nossa sociedade, as crianças já não se percebem e não se tratam como pequenos adultos – como era feito em sociedades passadas –, quando lamenta que sejam separados por muitos anos do mundo dos adultos, formando seu próprio mundo infantil e juvenil, demonstra uma falta de compreensão das mudanças que se realizaram na estrutura social desde a Idade Média. Ele apresenta as coisas como se, em princípio, fosse possível aproximar as crianças dos estados urbano-industriais das atividades adultas predominantes nessas sociedades, da mesma maneira que, nos estados agrários dominados por sacerdotes e guerreiros da Idade Média. É possível discutir se os modelos atuais da educação escolar e universitária são apropriados como preparação dos jovens para a vida concreta que lhes espera em nossas sociedades. De fato, em muitos sentidos não o são. Mas, dificilmente podemos duvidar da necessidade de se obter um horizonte de conhecimento muito amplo e uma capacidade muito diferenciada de autocontrole, de regulação afetiva, para poder se sustentar, enquanto adulto, em sociedades desse tipo e para poder cumprir funções

voltadas para si mesmo e para os outros. Para alcançar esse horizonte de conhecimento, essas capacidades especiais e o correspondente nível de autocontrole, é necessário um processo de aprendizagem de muitos anos que, certamente, perderia completamente o sentido e a utilidade se não estivesse combinado com um extraordinário prolongamento da vida individual. Nesse contexto, não importa se falamos de sociedades industriais capitalistas ou comunistas. O que foi dito refere-se a ambas.

Supostamente, para um número limitado de jovens, é possível sair dessas sociedades. Podem dedicar-se à peregrinação ou sobreviver de alguma outra maneira. Mas isso, afinal de contas, só é possível porque o produto social dessas sociedades é grande ou, em outras palavras, porque tais sociedades são tão ricas que podem sustentar direta ou indiretamente uma quantidade considerável de pessoas que não trabalham, mesmo que seja na forma de um subsídio, em caso de desemprego. Os hábitos dos que se automarginalizam também estão impregnados pelas sociedades das quais tentam sair, especialmente pela transformação civilizatória à qual estão expostos os indivíduos que vão se formando dentro dessas sociedades, através de seus pais, da escola e da universidade. Só a aprendizagem da leitura e da escrita, bem como da aritmética, demanda um alto grau de regulação dos impulsos e afetos; mesmo na sua forma mais elementar, toma pelo menos dois ou três anos da infância e, no geral, requer uma ocupação parcial dentro de alguma instituição fora da família, comumente a escola. Estamos diante de um sintoma de desfuncionalização parcial dos pais.

X

Hoje em dia, frequentemente tropeçamos com uma série de mal entendidos estereotipados quando falamos, como ocorre aqui, sobre processos sociais de longo prazo, dos quais um período preparatório cada vez mais prolongado entre a infância e a vida adulta é apenas um exemplo. Um desses mal entendidos é aquele que afirma que as mudanças sociais na direção assinalada foram produzidas de modo planejado e consciente, talvez como produto das ideias de alguns indivíduos grandiosos. Outro mal entendido consiste na ideia de que essas mudanças se deram como efeito das necessidades produzidas por uma sequência causal que seguia leis naturais, ou seja, que tinham o caráter de processos naturais predeterminados. Esse é um mal entendido de caráter naturalista. Aqui, só podemos assinalar brevemente qual modelo de processos substitui essa polaridade entre concepções voluntaristas e naturalistas dos processos sociais. O modelo em que estou pensando está baseado em dois entendimentos básicos: na compreensão do fato de que algo socialmente inevitável é, em termos tanto ontológicos como estruturais, distinto do que é naturalmente

inevitável; está baseado, em primeira instância, em coações que emanam dos indivíduos interdependentes e, em segunda instância, em coações que os grupos de indivíduos e as trajetórias naturais extra-humanas exercem uns sobre os outros, configurando um equilíbrio de forças mutável. A interação de ações planejadas de muitos indivíduos resulta em um desenvolvimento das unidades sociais por eles formadas, que não foi planejado por nenhum dos implicados. Mas, em cada ocasião, os indivíduos relacionados dessa maneira atuam impulsionados por intenções e propósitos que são influenciados por processos não planejados. O modelo de processos que tenho em vista contém, como peça central, um movimento dialético entre mudanças sociais intencionais e não intencionais.

Os exemplos estão à mão. Desde o início do século XVIII – inclusive antes, nas seitas puritanas – em muitos países europeus, emergiu uma onda de tabus relativos, especialmente, à sexualidade dos indivíduos. Diferentemente das tendências eclesiásticas que se dirigiam contra a sexualidade humana – *De Tinte Paulino*, por exemplo –, a onda de tabus que, nos séculos XVIII e XIX, se dirigiam contra a sexualidade configuravam uma fase de repressão social predominantemente secular, uma espécie de ascese terrena. Esse impulso perdurou, em termos gerais, até o fim do século XIX e seus efeitos se estenderam até a Primeira Guerra Mundial. O movimento de ascensão das camadas sociais – e em algumas ocasiões também de povos inteiros – vinha, com frequência, junto com tendências de autocontrole e autocoação, quer dizer tendências “puritanas”, partilhadas coletivamente. E, em muitos Estados europeus, esses dois séculos foram decididamente os séculos do Terceiro Estado¹³ ascendente; da burguesia, em seu enfrentamento com a nobreza, em particular com a nobreza cortesã e os príncipes absolutistas. O cânone comportamental da aristocracia foi um cânone de boas maneiras. Por esse mesmo cânone, os jogos amorosos estavam submetidos a certas regras; mas eles ainda tinham um lugar público na existência social dos indivíduos. O cânone comportamental das boas maneiras permitia falar e agir em matéria de sexo com bastante liberdade. A burguesia ascendente opôs ao cânone das boas maneiras outro modelo de civilização, o cânone da moral. Foi esse cânone que fechou todo o âmbito da sexualidade como uma das zonas mais perigosas, com uma malha diferenciada e fina de proibições, cuja observação rigorosa foi tratada como prova de status das famílias, assim como de seus membros individualmente.

13. Elias utiliza o modelo pelo qual se classificava e hierarquizava a sociedade francesa do Antigo Regime, definida pelos três estados (*status*): clérigos (os que rezam), nobres (os que guerreiam) e plebeus (os que trabalham).

A ascensão do cânone moral secular – como correlato da ascensão social de algumas camadas burguesas – esteve acompanhada de preocupações com *status* que atuaram como motor da repressão que cobria todo o âmbito da sexualidade. É indicativo da força dessas preocupações um dos fenômenos mais estranhos da época, o aumento da angústia com relação à masturbação que, mais

ou menos, desde o começo do século XVIII, tomou dimensões quase epidêmicas. Uma bibliografia especializada de considerável volume, em parte produzidas por médicos, prevenia os indivíduos e especialmente as crianças sobre os terríveis perigosos relacionados a tal ato. O que, entretanto, hoje, pode ser descoberto como fantasias inconscientes de culpa que rodeiam esse ato, naquela literatura, era apresentado como uma realidade difundida nas sociedades. Algumas das consequências da masturbação, apresentadas como totalmente certas, nesse período, eram a cegueira, a desidratação da medula, a perda de todas as energias vitais e a loucura. Em correspondência com esse fato, aumentaram a pressão e os castigos a que estavam expostas as crianças que eram flagradas cometendo esse “crime”. Se eram pegos, tinham as mãos amarradas, eram levantadas barricadas diante de suas genitálias, etc. A lembrança dessa epidemia de angústias diante da masturbação serve como exemplo dos exageros cometidos sob o signo do cânone moral burguês, assim como de um período de domínio paterno ilimitado sobre os filhos. É absolutamente claro que essa epidemia não foi planejada: ela estava relacionada com mudanças sociais mais amplas que aqui só podem ser indicadas brevemente, assinalando o movimento de ascensão e as preocupações com *status* das camadas burguesas.

Ao longo do século XX, no que diz respeito ao estabelecimento do predomínio burguês após as duas grandes guerras, foi iniciada, em diversas frentes, uma campanha bastante consciente e intencionada contra os exagerados tabus sexuais do período anterior e contra seu cânone moral. Com essa campanha, são relaxados muitos dos mandamentos, considerados, antes, como bases irremovíveis do dito cânone, especialmente no âmbito da sexualidade. Especialmente as gerações jovens dos períodos pós-guerra não estavam dispostas a aceitar os regulamentos civilizatórios convencionais como mandamentos que vinham das gerações mais velhas. Depois de cada guerra, os jovens começaram, de forma paulatina, a experimentar outras formas de relação entre os sexos. Não se guiavam por princípios dados, a não por aqueles que procediam de uma maneira predominantemente pragmática, especialmente usando os novos conhecimentos científicos e técnicos.

XI

No passado, por exemplo, durante o período que designamos como “renascimento”, a fase de experimentação com novas formas e regras de comportamento desembocou em uma fase de consolidação de um novo cânone, sob a égide de grupos estabelecidos que também conseguiram consolidar seu domínio. . Em relação ao presente, somente através de um diagnóstico podemos dizer que, nos estados industriais mais desenvolvidos, muitos grupos pequenos ou

mesmo casais e indivíduos ensaiam um distanciamento dos tabus convencionais e procuram descobrir como podem manejar os problemas que surgem nesse sentido e quais poderiam ser os traços convenientes de um novo cânone. Até onde podemos ver, nesses casos, trata-se, em geral, de círculos relativamente limitados, sobretudo de estudantes, jornalistas, jovens acadêmicos, artistas, etc., às vezes, provenientes, em menor medida, de grupos de empresários da grande burguesia, por exemplo, ou dos círculos de funcionários sindicais e funcionários dos altos escalões.

Mas o que ocorre nesses grupos intelectuais experimentadores, seguramente, não é uma regressão a um estado anterior à época vitoriana, ou seja, um retorno ao padrão dos séculos XVI e XVII. Pelo contrário, trata-se de um relaxamento seletivo dos tabus vitorianos que, como foi referido às relações amorosas pré-matrimoniais ou à masturbação infantil, por exemplo, têm sido reconhecidos como exageros sem função alguma e, inclusive, com consequências danosas. De maneira limitada, começam a desmoronar, novamente, os muros impostos entre os corpos, que faziam aparecer, como comportamentos perigosos, o contato com o corpo nu de outra pessoa fora da família ou mesmo da própria família. As mães voltam a ter a oportunidade de acariciar seus bebês nus e o fazem com alegria. Os pais jovens e seus filhos brincam nus nas praias.

14. Cas Wouters, "Informalisierung un der Prozess der Zivilisation", In: P. Gleichmann, J. Goudsblom, H. Korte, Op. Cit. p. 279-298.

Mas, ao falar desses surtos de informalização¹⁴, corremos o risco de perder de vista que estes se apresentam em sociedades extraordinariamente complexas, que exigem, em vários âmbitos da vida, um comportamento rigorosamente regulado dos indivíduos no trato com os outros. Estão perto de desaparecer muitos símbolos de autoridade e demonstrações formais de respeito que, em tempos passados, eram símbolos de dominação, ou seja, que serviam para assegurar a dominação dos pais. O declínio paulatino das posturas de ostentação e os símbolos de respeito no trato das crianças com seus pais, certamente, é sintomático de uma redução da dominação paternal, ou seja, uma diminuição da desigualdade na relação entre pais e filhos. Esse é o resultado não planejado das mudanças amplamente difundidas no conjunto das sociedades-Estado mais desenvolvidas, sobre as quais, aqui, não posso me aprofundar.

Todavia, um dos fatos que está em jogo merece ser mencionado nesse contexto, pois indica claramente que esse distanciamento das normas e proibições da moral vitoriana, sentidas como exageradas, tem pouco a ver com um retorno ao padrão do período vitoriano. Refiro-me à renúncia, cada vez mais ampla, do emprego da violência física como forma de repressão das crianças por parte de seus pais. Em parte, essa renúncia é imposta por meio da legislação estatal; mas também é autoimposta graças à crescente sensibilidade contra o emprego da violência física, no trato entre os seres humanos. Entretanto, isso revela, justamente, a complexidade da transformação civilizatória em nossos dias.

Um relaxamento das barreiras de respeito no tratamento entre pais e filhos, ou seja, uma informalização vai de encontro com o fortalecimento da proibição do uso da violência nas relações intrafamiliares. O que se refere, não só, ao tratamento entre adultos e crianças dentro da família, como também é válido para o tratamento entre adultos e crianças, no geral, especialmente no caso de professores e crianças na escola.

Essa educação relativamente livre de violência gera consequências de amplo alcance na estrutura da personalidade dos seres humanos, no processo de crescimento. Estas são muito variadas para estudarmos aqui, mas é particularmente importante tê-las em conta, porque a informalização observável, o relaxamento relativo dos rituais e tabus vitorianos, com alguma frequência, são interpretados como se tratassem de um relaxamento do autocontrole individual. Certamente, tais fenômenos de relaxamento existem em nosso tempo, como existiram no passado, e talvez se apresentem, com maior clareza, em uma época em que são experimentadas novas formas de convivência. Por isso, muitas vezes, esquece-se de que a tendência do desenvolvimento nas sociedades mais complexas, mais rigorosamente organizadas e mais pacificadas de nossos dias, exige de cada pessoa um maior grau de autocontrole, só que diferenciado, de um modo que nunca se exigiu antes. Um dos inúmeros exemplos da complexidade do movimento civilizatório de nossos dias é o fato de que a informalização da relação pais-filhos e o relaxamento dos tabus tradicionais no trato entre as gerações vão de encontro com o aumento do tabu vinculado à violência nessa relação, exigindo, assim, um maior grau de autocontrole de ambas as partes e, talvez, até mesmo, forçando-o.

XII

Ao mesmo tempo, é possível observar que as mudanças nas relações entre os indivíduos – entre pais e filhos ou entre marido e mulher, como membros de uma família – são totalmente inseparáveis das relações entre os indivíduos como habitantes de uma cidade ou como membros de um Estado. As relações familiares, frequentemente, são apresentadas como base de todas as relações sociais entre os indivíduos. Isso, contudo, é um mal entendido. A estrutura da família, a forma socialmente dada da relação entre marido, mulher e filhos se modifica em relação e em correspondência com as mudanças que experimenta a sociedade mais ampla da qual faz parte. A coisa não se limita ao fato de que a estrutura de uma família camponesa, onde marido, mulher e filhos possivelmente contribuem conjuntamente com seus trabalhos para a renda familiar, é diferente de uma família operária industrial, onde isso não acontece; claras diferenças de estrutura podem ser observadas, ao comparar sociedades com uma média

de cinco filhos por família com outras que apresentam uma média de dois filhos. Quanto mais baixa é a média social de filhos por família, tanto mais valiosas são as crianças, não só para os pais, como também para a respectiva sociedade no geral. É dado por comum que, ao longo da crescente industrialização e urbanização, o número de filhos foi sendo reduzido, o curso dessas mudanças junto ao respectivo processo de crescimento da riqueza social aumentou a atenção social para as crianças e, também, a compreensão de suas necessidades específicas.

Tudo isso indica que a família, dificilmente, pode ser vista como uma figuração autônoma dentro de uma figuração mais ampla da sociedade-Estado. Ao longo dos séculos, a última tem assumido um número cada vez maior de funções que, antes, recaíam sobre o grupo familiar. Marido, mulher e filhos trabalhavam não apenas como camponeses, como também como artesãos, dentro do grupo familiar; hoje em dia, as atividades são realizadas cada vez mais fora do âmbito familiar. A atenção para os doentes e velhos antes, para o bem ou para o mal, se encontrava nas mãos da família; agora, boa parte dessas funções são assumidas por instituições públicas, especialmente por sistemas previdenciários e assistência e hospitais públicos. O desenvolvimento até o Estado de bem-estar também tem reforçado a relativa independência dos jovens frente a seus pais. Mesmo em tempos de desemprego, para muitos jovens, o subsídio para desempregados representa uma proteção contra o pior; quem os protege da necessidade mais extrema é o Estado e não mais a família.

A família de nossos dias cedeu para outras instituições, sobretudo para o Estado, muitas das funções que antes definiam seu caráter. Desse modo, as funções que restaram encontram-se mais ressaltadas, especialmente as funções afetivas e emocionais recíprocas entre as pessoas que configuram a família. No melhor dos casos, a família apresenta-se como foco estável da satisfação duradoura das necessidades instintivas e afetivas, o lugar social confiável de ancoragem emocional dos indivíduos. E, talvez, seja esse o caso mais importante para falarmos sobre civilização das relações familiares, incluindo a relação pais-filhos.

Se quisermos, podemos falar, também, de uma democratização, pois a distribuição do poder entre homem e mulheres, assim como entre pais e filhos, em nossos dias, se não é simétrica, ao menos é mais equilibrada que em tempos passados. O “descobrimento da criança” e o “Ano da Criança”¹⁵ são signos dessa mudança nas balanças de poder. Pais, professores e, em algumas ocasiões, até mesmo as instâncias estatais tratam com uma seriedade inaudita o aspecto legal e jurídico da infância. Os adultos deixaram de ver as crianças como um reflexo deles mesmos, ou seja, como pequenos adultos. Sabem que se trata de seres humanos com necessidades diferentes das deles. As necessidades infantis, comumente, são apaixonadas, intensas e saturadas com um grau de fantasia muito maior do que dos adultos civilizados. Em muitos casos, os pais se veem

15. Elias faz referência, aqui, ao Ano “Internacional da Criança”, proclamado pelas Nações Unidas (ONU), celebrado em 1979, no período da gestão do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim.

um tanto desconcertados frente à paixão das demandas infantis. Apesar de contribuir decididamente para o processo civilizador individual que as crianças devem experimentar antes de poder alcançar o nível civilizatório dos adultos, não é possível dizer que, atualmente, os pais entenderam a natureza desse processo. Contudo, no presente já se aceita que não é simplesmente uma “má vontade”, “desobediência” ou “má criação” o que leva as crianças a fazer o que é proibido para os adultos. Os pais mesmos, em correspondência, tratam de mitigar o grande poder que, em todo caso, possuem sobre as crianças e que, nas primeiras fases do desenvolvimento infantil, é sempre muito grande. Agora, uma relação de dominação modificada dessa maneira, realmente, demanda, como pode ser visto, um grau comparativamente alto de autocontrole por parte dos pais e que, através do exemplo e da educação, impõe-se também às crianças.

XIII

Ao mesmo tempo, nossas sociedades apresentam uma série de condições que dificultam o êxito de uma relação civilizada entre pais e filhos. As crescentes individualização e independência de todos os indivíduos implicados na construção de uma família, certamente, atuam nessa direção. Não somente os homens, mas também, em crescente medida, as mulheres se veem condenadas ao trabalho profissional fora de casa. Mais do que nunca, todos os membros da família tendem a ter uma vida individual que diz respeito somente a si mesmo, ou seja, tendem a assumir tarefas e estabelecer relações humanas independentemente dos demais membros da família. O mesmo se dá no caso das crianças, que vão crescendo e tratam de seguir seu próprio caminho, quando estão em condições de fazê-lo. E, ao menos nas grandes cidades, encontram, com relativa facilidade, oportunidades para fazer isso. Talvez, até exista uma inclinação para estigmatizar um pouco as crianças que não se tornam independentes cedo. Quanto mais os pais requerem de afeto, no curso do seu envelhecimento, e talvez até mesmo da ajuda dos filhos, tanto mais os últimos estão ocupados com seus próprios assuntos.

O processo social não planejado, em cujo curso as relações familiares vêm experimentando uma profunda transformação, possui muitos problemas que ainda não têm solução. Contudo, tem-se pouca consciência de que problemas como os nossos são partilhados entre várias gerações, no contexto de um desenvolvimento social mais amplo.

A realidade desses problemas como sintomas de uma determinada fase do desenvolvimento social e a oportunidade de melhor solucioná-los, atualmente, se encontram ocultas, em boa medida devido a alguns clichês convencionais,

que oferecem aos indivíduos uma imagem ideal completamente irreal da família e que ainda dominam amplamente o pensamento das pessoas. Esses clichês convencionais propagam a ideia de uma família como uma figuração de indivíduos simplesmente imutável, eternamente uniforme, quando a observação distanciada revela justamente a extraordinária mutabilidade da família como uma característica sobressalente das relações familiares humanas, à diferença das famílias de muitos outros seres vivos. O caráter idealizador desses clichês contribui, além de tudo, para que os membros que conformam as famílias concretas não consigam reconhecer suas dificuldades, ao menos em parte, como dificuldades normais das relações familiares de nossos dias; contribuem para que as pessoas tendam a ver seus problemas como algo que ocorre unicamente com elas. Aparentemente, as relações da maioria de todas as demais famílias correspondem plenamente ao clichê ideal. Não só as tradições eclesiais, como também uma série de tradições seculares e, entre elas, também e principalmente, a ideia inventada por sociólogos e etnólogos de uma família nuclear e imutável, ajudam a perpetuar uma imagem fantasiosa da família na maior parte da sociedade.

16. "(...) *that the traditional presumption that the parents act in the best interest of their child should apply*", The United States Law Week, Extra edition n. 1, Supreme Court Opinions, vol. 47, n. 49, 19 de junho de 1979. O chefe de justiça, Warren Burger, escreveu: "*historically, it [presumivelmente, toda a lei] has recognized that natural bonds of affection lead parents to act in the best interests for their children*". A sentença dá crédito a uma lenda muito difundida que diz que o modo de agir dos pais praticamente representa um instinto natural. O questionável é se, para o juiz, é necessário remeter-se a tais tradições, opostas ao estado atual do conhecimento científico.

Nesse momento, basta um exemplo para ilustrar essa formação de clichês. Em uma decisão sobre o envio de uma criança para uma clínica neurológica, a corte suprema dos Estados Unidos invocou, entre os argumentos, que, em tal caso, "devia se aplicar a suposição convencional de que os pais atuam com o melhor interesse em favor dos filhos"¹⁶. Na sustentação da decisão majoritária, um dos juízes, Warren Burger, fez referência ainda ao "conceito legal de família", no qual – segundo sua descrição – se reconhece que os laços naturais de afeto conduzem os pais a agir no melhor interesse dos filhos. Aqui, pois, vemos a tomada de decisões legais com base em uma ficção evidente. No fundo, não podemos entender porque alguns juízes necessitam de tais ficções idealizadoras para suas decisões, em um período em que é possível recorrer a estudos sociológicos mais realistas com o intuito de formular tais sentenças.

XIV

A perseverança anacrônica da representação idealizada da relação pais-filhos, assim como das relações familiares no geral, é um dos maiores obstáculos que se opõem ao manejo mais adequado dos problemas familiares contemporâneos. Para finalizar, quero assinalar, brevemente, as razões para essa situação. À medida que, de acordo com a estrutura global de uma sociedade, a distribuição de poder entre as pessoas que conformam a família é muito desigual, a relação entre pais e filhos, assim como de homens e mulheres, se apresenta sob um modo altamente formalizado. Em outras palavras, essa relação se apresenta

sob uma forma socialmente sancionada e relativamente rígida. Supostamente, essa forma deixa alguma abertura para variações individuais, mas os modelos de anteposição e subordinação, de mando e obediência, são inexoráveis. A margem de variação só é grande para os superiores e os que mandam; já para os subordinados e obedientes é relativamente limitada. Quando o diferencial de poder, em uma família e, também, entre pais e filhos, vai se reduzindo – e é essa a tendência do desenvolvimento social, em nossos tempos –, a situação se modifica. As pessoas que conformam a família se encontram atadas às formas pré-definidas em menor medida que antes; o que lhes exige, mais do que em tempos anteriores, a elaboração conjunta de um *modus vivendi* mediante seu próprio esforço, ou seja, de uma maneira mais consciente que no passado. Entretanto, as relações familiares são vistas, com frequência, como algo dado pela natureza, como algo que normalmente funciona bem por si mesmo. Mas essa ideia bloqueia a possibilidade de que os indivíduos percebam que – nas condições atuais das relações familiares não mais autoritárias – o êxito da relação, ou seu funcionamento mais ou menos satisfatório para os implicados, é um desafio ao qual as pessoas entrelaçadas na família podem ou não responder. Poderíamos pensar que as oportunidades de êxito são maiores quando as pessoas têm consciência dessa tarefa e quando trabalham conjuntamente nela. Cada relação familiar é, acima de tudo, um processo. As relações sempre estão mudando e o desafio se impõe toda vez, de novo e de novo. Para os indivíduos, a necessidade de trabalhar conscientemente em suas relações mútuas nunca acaba.